

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Correio Brasileiro*

Class.: 568

Data: 01.02.87

Pg.: _____

Índios e mineradoras brigam por área

É no território de Roraima, onde Funai e DNPM não se entendem

ANALÚCIA GUIMARÃES
Da Editoria Nacional

Enquanto o Governo decide em que termos vai criar o Parque Indígena Yanomami — localizado no território de Roraima — o subsolo rico em ouro, diamante e cassiterita da região já provocou a liberação de 26 alvarás de pesquisa por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), sendo que outras 363 solicitações aguardam respostas. Quando o parque for criado e se alguma portaria de lavra for emitida, o problema estará armado: tanto as mineradoras terão direito à exploração mineral quanto os índios a viverem nas mesmas terras.

Esta sobreposição de decisões na área governamental não é novidade. Principalmente quando se refere a temas tão cobijados como os 7 milhões 751 mil hectares destinados ao Parque dos Yanomami (segundo comunicação da Funai ao DNPM em novembro de 1986), hoje considerada a maior população indígena do mundo ainda com pouco contato com a sociedade. Atualmente existem no Brasil cerca de 9 mil índios Yanomami e mais 12 mil vivem em terras pertencentes à Venezuela.

A discussão sobre a criação do Parque indígena em Roraima não é recente e segundo a Portaria nº 1817/E da Funai, de janeiro de 1985, o território destinado aos índios era de 9 milhões 419 mil hectares, localizados nos municípios de Caracaraí, Boa Vista e São Gabriel da Cachoeira.

“O presidente José Sarney já anunciou a decisão de criar o Parque Yanomami e também uma área de proteção permanente de cerca de 60 quilômetros na faixa de fronteira”, informa Cláudia Andujá, coordenadora da comissão civil que trabalha pela criação do parque. O compromisso foi firmado frente ao senador Severo Gomes (PMDB-SP), conhecido defensor dos Yanomami, e culminou na criação de um grupo de trabalho para estudar a figura jurídica a ser adotada quanto à demarcação das terras indígenas situadas na faixa de fronteira.

O grupo foi o resultado mais concreto que saiu da reunião ocorrida no último dia 26, da qual participaram, entre outras autoridades, os ministros do Gabinete Militar, Ruben Bayma Denys, e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, o presidente da Funai, Romero Brasil (CNBB),

Dom Luciano Mendes de Almeida. O principal assunto da reunião foi o Projeto Calha Norte.

Instrumentos legais que teoricamente cuidam das florestas e das populações silvícolas é que não faltam no País. Entre eles estão o Código Florestal, o Estatuto do Índio e a própria constituição. O resultado do trabalho do grupo criado pelo Governo deverá passar por esta legislação sob a ótica da filosofia do Calha Norte: casar as reservas naturais do Brasil com a presença de brasileiros nas áreas.

MINERAÇÃO

Por outro lado, o Governo também deve manter-se atento à situação das mineradoras que procuram pelas vias legais defender parte do território ocupado pelos índios como fonte de riquezas minerais, o que verdadeiramente o são. Os 26 alvarás de pesquisa concedidos pelo DNPM significam que, dentro do prazo de três anos, os requerentes têm a permissão legal de efetuar pesquisas até que seja comprovada a existência ou não do mineral procurado.

“Depois deste prazo o requerente apresenta um relatório com o resultado da pesquisa e tem o prazo de um ano para pedir a portaria de lavra para somente então poder extrair e comercializar o mineral explorado”, explica o responsável pela Seção de Controle de Áreas do DNPM, Carlos Rodrigues. Essa portaria é emitida pelo ministro das Minas e Energia e dá direito à exploração na área mesmo que depois o Governo crie um parque indígena na mesma região.

Segundo Carlos Rodrigues, a única saída para os casos em que tanto as mineradoras quanto os índios possuam o direito de utilizar a mesma área é a indenização de uma das partes. Esta indenização pode ser obtida através de acordo entre as partes ou por meio judicial. Aí estará formado um grave problema, porque até que uma posição seja definida no caso de uma situação ambivalente, muitas brigas já terão acontecido, com prejuízos para os dois lados envolvidos.

Resta a sensatez da escolha entre mudar de lugar cerca de 9 mil índios que vivem há pelo menos 4 mil anos na região (segundo os estudiosos das populações Yanomami) ou promover o disciplinamento de outras tantas áreas ricas em minérios na própria Amazônia, calculadas em torno de um milhão de quilômetros quadrados, hoje divididos entre menos de 10 empresas exploradoras, estatais, nacionais e multinacionais.

